



Edição dos **Cadernos** discute a opressão Página 7



Governo quer acabar com RJU para docentes

Alegando internacionalização, o presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, numa solenidade na qual representava o ministro da Educação, disse que o governo pretende contratar professor federal pela CLT, por meio de uma OS

(Organização Social). O presidente do Andes-SN fez duras críticas. Segundo Paulo Rizzo, "a proposta agride a autonomia universitária e o processo democrático de seleção de professores por meio de concursos" Página 2

Ônibus difícil

Multidão que usa transporte público para chegar ao Fundão come o pão que o diabo amassou. E o pior: sem solução à vista.

Página 3

Crise em Xerém

O polo Xerém da UFRJ mergulhou numa crise. Diretor deixa o cargo e vice assume provisoriamente a direção do lugar.

Página 8

Reitor no "jantão" do DCE

Marco Ferrazides - 25/09/2014



Entre painéis e a irreverência da estudantada, o reitor Carlos Levi acabou envolvido pela atmosfera inusitada e criativa de um "jantão" organizado pelo DCE na tarde de quinta-feira. A atividade foi organizada para cobrar a instalação imediata de um restaurante universitário na Praia Vermelha. Carlos Levi, que participava de uma solenidade nas proximidades, foi imediatamente "convidado" pelos alunos e acabou firmando um termo de compromisso para implantação do bandeirão no campus até o início de 2015.

Página 4

Mauro Iasi (PCB), Luciana Genro (Psol) e José Maria (PSTU) falam sobre Previdência, Ebserh e Autonomia Universitária Página 5

SEGUNDA PÁGINA

Governo quer terceirizar professores federais

Presidente da Capes fez o absurdo anúncio em recente debate sobre educação superior

Andes-SN critica declaração

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, declarou que a Capes, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC) pretendem criar uma Organização Social (OS). O objetivo seria contratar docentes para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em um debate sobre educação superior, valendo-se da argumentação falaciosa de que o Regime Jurídico Único (RJU) contrata professores "por 30 anos e não manda ninguém embora", e que a OS garantiria e facilitaria a contratação de grandes pesquisadores estrangeiros, a Capes propõe, na verdade, a terceirização do trabalho dos professores das Ifes.

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, criticou as declarações do representante da Capes: "Essa proposta agride o proces-



Paulo Rizzo, do Andes-SN

so democrático de seleção de professores por meio de concursos públicos. Também agride a autonomia universitária, pois tira das mãos da universidade o controle do processo de seleção de seus docentes", ressaltou.

Respondendo à afirmação de Jorge Guimarães que os concursos públicos para professores são "um jogo de cartas marcadas", Paulo Rizzo defendeu novamente a autonomia universitária. "Na verdade eles

querem, via OS, fazer um jogo de cartas marcadas. Ao invés do concurso com regras claras, definidas por cada instituição, com pontos e bancas definidos pelos colegiados de departamento, com direito de recursos aos candidatos, querem a escolha pela gerência de uma OS. Quem disse que a gerência não será corporativista? Quem escolherá os melhores quadros?", questionou o presidente do Andes-SN.

Proposta de Terceirização

Segundo o presidente da Capes, os dois ministérios (MEC e MCTI) já aprovaram a criação da OS. A medida, segundo ele, teve bons resultados no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), que é uma OS, e recebe recursos reajustados anualmente para pagar profissionais vindos de fora. Para Guimarães, a proposta de terceirização pode atrair docentes estrangeiros às universidades brasileiras – o que internacionalizaria as instituições.

Paulo Rizzo apontou que o presidente da Capes parece "esquecer" que a contratação de professores estrangeiros já é, além de constitucional, fato



Jorge Guimarães, da Capes

comum e corriqueiro nas universidades federais, tornando desnecessária a criação de uma OS para esse fim. "Na verdade, temos que oferecer carreira e política salarial atrativas para contratar os docentes, sejam brasileiros ou estrangeiros, por meio do Regime Jurídico Único", reforça. (Fonte: Andes-SN, com informações de Agência Brasil, Jornal da Ciência-SBPC e O Globo. Edição: Adufrj-SSind)

UFRJ

Como se identificar sem o contracheque

Universidade oferece carteiras funcionais

Em algumas situações, o professor da UFRJ precisa se identificar, mas não quer expor seu contracheque. Como fazer? Para preencher esta necessidade, a universidade oferece carteiras funcionais.

Técnica-administrativa da Divisão de Pessoal da PR-4, Maísa Lobão adverte: "A universidade não tem poder de órgão identificador, como o Detran. Nenhum estabelecimento tem obrigação de aceitá-la".

Mesmo assim, a alternativa é considerada vantagem, por exemplo, por dispor de fotografia.

A carteira é feita em papel-moeda, com uma foto 2x2. Embora exista "desde sempre", segundo a servidora, muitos professores ainda não a adquiriram.

Procedimento

Para solicitar a carteira, o professor deve buscar o departamento de pessoal de sua unidade e preencher um cadastro. O formulário pede, entre outras informações, RG, título de eleitor, filiação, tipo sanguíneo, a matrícula SIAPE, Registro UFRJ e PASEP.



Carteirinha fica pronta em aproximadamente dois meses

"Os departamentos nos enviam o pedido por meio de memorando já com todas as informações", informou Maísa. Segundo a ser-

vidora, não há um prazo fixo para o documento ficar pronto: "Mas costuma levar aproximadamente dois meses", completa.

Seminário de Economia Política Contemporânea

De 30 de setembro e 2 de outubro, ocorre no Salão Nobre do IFCS o Seminário *Economia Política Contemporânea, Estado e Crise: Novos Alinhamentos Mundiais e as Alternativas da América Latina*. O seminário reunirá alguns dos mais destacados cientistas sociais e economistas latino-americanos e caribenhos para debater temas centrais de nossa região. É organizado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ) e apoiado pela Sociedade de Economia Política Latino-Americana (SEPLA), pela Sociedade de Economia Política Brasileira (SEP) e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

A abertura do evento será às 18h desta terça-feira (30). O IFCS fica no Largo de São Francisco de Paula, nº 1.

Plano de saúde

Desde agosto do ano passado, a Adufrj-SSind possui um convênio com a Unimed. O acordo foi autorizado pela Assembleia Geral da categoria em 3 de julho de 2013.

Tabela

A tabela, com o reajuste anual da operadora, pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro de 2014.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 97686-6793, 99411-0361 ou pelo *email*: convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Agenda

11 e 12 de outubro
Reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - GTPSS/A do Andes-SN Brasília (DF)

31 de outubro a 2 de novembro
Seminário Nacional sobre a Estrutura Organizativa do Andes-SN frente aos desafios políticos atuais Brasília (DF)

21 de novembro e 22 de novembro
Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN Brasília (DF)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3684-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Patemostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br **Redação:** comunica@adufjrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufjrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufjrj.org.br **Página eletrônica:** <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

PASSAGEIROS DA AGONIA

Práticas abusivas das empresas de ônibus formam principal queixa entre usuários que frequentam o Fundão

Problemas foram discutidos em reunião com Prefeitura Universitária, dia 22

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Das aproximadamente 70 mil pessoas que circulam diariamente na Cidade Universitária, 74% (ou seja, pouco mais de 50 mil) fazem uso de transporte público. Como se sabe, ao Fundão não chegam trens, catamarãs ou metrô. São ônibus (com serviços bem ruins) que atendem a essa multidão

De acordo com levantamento feito pela Prefeitura Universitária (PU), as principais reclamações dos usuários de transporte público no *campus* dizem respeito a “falhas na condução”, “excesso de velocidade” e “falta de cordialidade dos motoristas”. São listados, ainda: “manutenção precária dos veículos”, “lotação”, “desvio de rotas” e “ausência de fiscalização”.

As linhas 485 e 945 (ambas geridas pela empresa City Rio) são as que movem mais denúncias de superlotação. Já no que diz respeito à conservação dos veículos, os piores relatos vêm de linhas com origem na Zona Oeste, como a 410T e a 420T (Cruzeiro do Sul).

“É comum o motorista consultar os passageiros sobre onde vão descer e mudar o trajeto por conta própria. Quem está no ponto (ignorado pelo motorista) fica esperando”, afirmou o prefeito universitário Ivan Carmo, durante reunião aberta sobre mobilidade, no último dia 22. Segundo o prefeito, a Rio Ônibus (sindicato que representa as empresas do setor, na capital fluminense) “garante que mantém frota (adequada), mas temos muitos relatos de problemas”. Para ele, “é latente a falta de preocupação com a qualidade do serviço”.

Ainda segundo o prefeito universitário, 30 linhas convencionais atendem ao *campus*, além de mais seis linhas intermunicipais. A universidade dispõe apenas de uma integração com o metrô. Não há perspectiva para um acesso hidroviário em médio prazo. Até mesmo a abertura, prevista para outubro, da estação do ônibus BRT da Transcarioca (ao lado do IPPMG), não está confirmada.

Curso noturno sofre ainda mais

Estudantes e servidores da Letras, último ponto na Cidade Universitária em direção à Zona Sul, queixaram-se de toda sorte de desrespeitos. “O curso noturno é o que mais sofre”, relatou Georgina Martins, professora de Literatura. Segundo ela, os ônibus sempre chegam lotados ou sequer param no ponto. De acordo com a professora, as aulas com previsão de término às 22h são

encerradas antes para que os estudantes consigam pegar a última condução com horário certo, às 21h20. “Isso significa uma hora menos de aula todos os dias”, explicou Georgina.

“Sempre defendi o ensino noturno. Mas hoje não sei se apoiaria porque a UFRJ não oferece condições para isso”, criticou a docente. Para ela, a situação mais dramática é do recém-aberto curso noturno

de Libras (Lingua Brasileira de Sinais). “Corremos um sério risco de ver fechado o único curso de Libras noturno público do Rio de Janeiro, pois os alunos estão desistindo e abandonando a UFRJ”. Na semana anterior, uma estudante surda e grávida caminhou da Faculdade de Letras até a Avenida Brasil, depois das 22h, para pegar uma condução para casa.

e Zona Norte fluminenses. Em um segundo lugar, estariam as oriundas da Zona Oeste, Baixada e Niterói. A pesquisa concluiu que 70% das viagens são realizadas em horário de pico com ônibus lotados. Nos demais momentos, não haveria frota suficiente. “O sistema não cumpre o que deveria porque está regrado não pela demanda, mas pela média dela. Isso que dizer que ou atende mal ou não atende”, resumiu.

Presente à discussão, Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, avaliou que o problema de mobilidade do *campus* Fundão tornou-se um fator que “deve ser considerado pelo planejamento da universidade”, inclusive, na “oferta de horários e cursos”. O professor da FAU lembrou que a falta de infraestrutura de mobilidade afeta também o polo de Xerém e o *campus* de Macaé.

Sem controle sobre as concessões

Ivan Carmo frisou que a fiscalização das condições dos veículos cabe à Secretaria Municipal de Transporte (SMTR), que, convidada à reunião do dia 22, não compareceu. Na visão do dirigente, a lacuna deixada pelas empresas abre brecha para “transporte informal e inseguro”. Como exemplo, citou o serviço de vans oferecido a partir do Centro de Tecnologia.

De acordo com o prefeito universitário, obstáculos legais impediam ainda a circulação mais frequente de ônibus da UFRJ entre os *campi* (Fundão/Praia Vermelha). “Não podemos oferecer ônibus de 15 em 15 minutos ou representar concorrência às linhas metropolitanas”, disse o prefeito. Aliás, para ele, seria um erro a universidade “assumir transporte da cidade”.

O Diretor Técnico e Operacional do Departamento de Transporte do Estado do Rio de Janeiro (Detro/RJ), João Casimiro, esteve na reunião. Ele se comprometeu a levar as informações relatadas para fiscalizar as condições dos ônibus intermunicipais que atendem ao Fundão.

A universidade tem que se mobilizar. E rápido. Se o transporte público não melhorar, as perspectivas são sombrias: com a expansão das turmas já existentes e a migração de cursos da Praia Vermelha, a Prefeitura Universitária calcula que o fluxo de pessoas no Fundão aumente para 100 mil pessoas/dia até 2020.



Marco Fernandes - 22/09/2014

Mais de 80 pessoas se mobilizaram para acompanhar a reunião com o prefeito Ivan (em pé, à direita)

70 mil pessoas por dia circulam no Fundão

74% delas utilizam transporte público

Empresas atendem mal ou não atendem à demanda

A convite da Prefeitura, o professor Márcio D'Agosto, do Programa de Engenharia de Transportes da Copee, apresentou resultados de uma pesquisa realizada pelo Fundo Verde da UFRJ (parceria entre o governo do estado do Rio de Janeiro, Light e a universidade com o objetivo de fomentar projetos de infraestrutura sustentável nos setores de geração e racionalização do uso de energia, água e de mobilidade urbana).

Segundo Márcio, as viagens até o *campus* ainda têm origem, “majoritariamente”, nas regiões Centro, Zona Sul

Até 2020, a perspectiva é de **100 mil** pessoas/dia no *campus*

70% das viagens são realizadas em horário de pico com ônibus lotado

Consuni questiona reitores pelo apoio à presidenta

Conselheiros criticam postura dos dirigentes das federais por campanha aberta à reeleição de Dilma Rousseff

Carlos Levi tentou se justificar

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Durante a sessão do Consuni de 25 de setembro, conselheiros criticaram a postura do reitor Carlos Levi e da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) pelo apoio explícito à reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Em carta, divulgada no último dia 11, os reitores afirmam que “o Brasil está no rumo certo, graças às políticas, aumento orçamentário, ações e programas implementados nos últimos anos”.

Roberto Leher (representante dos Titulares do CFCH) observou que a postura dos reitores é “inadequada à autonomia universitária”: “É inadmissível que os reitores das universidades federais façam campanha. Lutamos muito para que lográsssemos espaços que fossem públicos e autônomos. Os termos ‘gratidão’ e ‘reconhecimento’ não são adequados para a preservação da autonomia universitária”.

Luiza Foltran, da bancada estudantil, também criticou o posicionamento da Andifes: “É muito difícil ver uma carta de apoio com aceite da nossa reitoria, enquanto vivemos uma grave crise na assistência estudantil. Em toda conversa que temos, a reitoria informa que é o MEC que

não libera as verbas para ampliar os programas de assistência estudantil. Há recorrentes cortes orçamentários. Ficamos muito amargurados com o apoio dessa reitoria à candidatura de Dilma”.

Além de assinar o documento, o reitor Carlos Levi participou também de encontro da candidatura de Dilma com intelectuais e artistas, no Teatro Oi Casagrande, no dia 15. Levi ficou no palco da atividade, pouco atrás do local onde Dilma discursava. Levi chegou a aparecer durante a propaganda eleitoral da candidata, veiculada na noite de 18 de setembro.

Reitor defende o governo

Um pouco sem jeito, Carlos Levi informou que não esteve

na reunião da Andifes que decidiu pelo apoio por conta de “outros compromissos previamente assumidos”. Disse que, “a princípio”, o que a associação havia aprovado era uma nota que foi encaminhada a todas as candidaturas sobre as expectativas das universidades federais. E que não haveria apoio específico. Entretanto, contou que acabou prevalecendo o “reconhecimento de que houve mudanças significativas em relação ao tratamento e às políticas para as instituições de nível superior, em particular, as federais”. Levi defendeu que há um entendimento “bastante claro e convergente” entre os reitores sobre os “avanços” dos últimos governos.

Avanços?

Aparentemente, o reitor Carlos Levi não acompanha as notícias sobre a própria universidade. Semana após semana, o **Jornal da Adufrj** divulga matérias relacionadas a verbas insuficientes para a assistência estudantil: ausência de restaurantes universitários em diversos *campi* e unidades, falta de apoio para a permanência, vagas na moradia estudantil muito aquém da demanda. Além disso, são recorrentes as queixas sobre obras inacabadas, problemas de infraestrutura, de condições de trabalho, concursos insuficientes, grande número de contratos precários, redução anual do orçamento das universidades, baixos salários... a lista é grande.

Tempo de urgência para assistência estudantil

CEG voltou a discutir o tema no dia 24

Filipe Galvão

Estagiário e Redação

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) voltou a debater, no último dia 24, as ações de apoio aos alunos da universidade. Representante do DCE, Tadeu Lemos definiu o tempo hoje na universidade não mais como o do planejamento, mas o da urgência. “A UFRJ não tem o direito de negar a crise que enfrenta e o DCE não vai se negar a defender os estudantes, caso nada seja feito”, disse.

A atual política de assistência estudantil tem como base um documento (de 2000) feito pela Escola de Serviço Social em conjunto com a Câmara de Ensino do próprio CEG. A professora Lilia Guimarães Pougy (hoje decana do CFCH), que participou da formulação do documento, foi convidada pelo conselho para apresentar os elementos que constituíram o texto. “Naquela ocasião, o grande foco era a assistência estudantil que estava divorciada dos projetos acadêmicos, mas a concepção filosófica da assistência ainda precisa de uma melhor elaboração”, lembrou Pougy.

O superintendente de Assuntos Estudantis, Ericksson Ro-

cha, também foi convidado pelo CEG a debater o tema. Segundo ele, a política de financiamento das universidades foi modificada e hoje tem como princípio o número de alunos diplomados. A alteração, no caso da UFRJ, causa um círculo vicioso: com menos dinheiro, a universidade não tem como investir mais nas políticas de permanência, o que gera mais evasão (e menos dinheiro, futuramente).

Uma moeda, dois lados

Rosélia Pinheiro Magalhães, assessora especial de políticas estudantis da UFRJ, acusou que a Superintendência de Assuntos Estudantis (SuperEst) não consegue conciliar o volume de trabalho e a intensa pressão política que sofre.

Ocupante do alojamento, Muana de Andrade contou a experiência dos estudantes com as políticas de permanência. “Passei no processo seletivo para bolsa-moradia e fui indeferida. Se eu não contasse com a solidariedade de outros alunos, não estaria na universidade”. Emocionada, Muana afirmou que há um descaso com os estudantes que não conseguem bolsa. “A reitoria nos nega o direito de estudar e não quer saber para onde vão os alunos que ela recusa. Para eles é fácil dizer não, mas para nós importa muito saber como vamos viver, como vamos comer”, desabafou.

Ao final da plenária os con-



O ato-refeição do DCE serviu cerca de 500 pratinhos. Além do termo de compromisso, o reitor também engoliu o estrogonofe dos alunos

Reitor promete bandeirão na PV para 2015/1

Uma feliz coincidência marcou o ato “Jantão” do DCE, no último dia 25, para cobrar a instalação imediata de um restaurante universitário no *campus* da Praia Vermelha: o reitor Carlos Levi participava, na mesma hora, de um evento da Escola de Serviço Social, bem perto dos painéis da atividade estudantil. Imediatamente cercado, o dirigente foi cobrado e assinou um termo de compromisso para abertura do RU naquele *campus* ainda no primeiro semestre de 2015.

De acordo com Julia Bustamante, diretora do DCE, o movimento considerou o gesto “um passo importante”, mas a pressão pelo Bandeirão continua: “Temos uma reunião com Escritório Técnico da Universidade (ETU) e o Instituto de Nutrição na próxima semana para discutir projeto e cronograma”, contou. O já anunciado restaurante-contêiner (antecipado pelo **Jornal da Adufrj** nº 859) não agrada muito aos estudantes: “Mas entendemos ser válido como medida emergencial”, disse.

selheiros aprovaram que o corpo discente teria 15 dias para indicar nomes ao CEG com o objetivo de compor uma comissão especial — este grupo, com apoio da Escola de Serviço Social, seria responsável

pela atualização da política de Assistência Estudantil da UFRJ. Também será criada uma comissão do colegiado para analisar a regulamentação das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico

(COAAs), propondo melhorias. O conselho agendou uma reunião do CEG para o dia 15 de outubro no Alojamento Estudantil, prometendo aprofundar o debate e o diálogo com os alunos.

ELEIÇÕES

Previdência e autonomia na pauta dos candidatos

No início de setembro, o **Jornal da Adufrj** entrou em contato com as assessorias de todos os candidatos a presidente para perguntar sobre quatro temas importantes (Plano Nacional de Educação; Pre-

vidência; Ebserh e autonomia universitária) para a vida dos professores federais.

A todos os presidenciáveis ficou esclarecido que o material poderia ser editado/reduzido aos trechos mais importantes, por motivo de espaço, no

semanário da Adufrj-SSind.

Apenas Mauro Iasi (PCB), Luciana Genro (Psol) e Zé Maria (PSTU) enviaram suas respostas. A assessoria de imprensa da presidenta Dilma Rousseff observou que a candidata, dentro da previsão da

coordenação de campanha até 5 de outubro (data de votação em primeiro turno), “infelizmente”, não poderia contemplar o **Jornal da Adufrj**.

Na edição anterior, Mauro Iasi, Luciana Genro e Zé Maria falaram do PNE e da

Funpresp. Agora, eles respondem sobre a PEC 555 (fim da taxação previdenciária dos aposentados), Ebserh e autonomia universitária. Em www.adufrj.org.br, os depoimentos estão disponíveis, na íntegra.

PREVIDÊNCIA

1 – Há anos, tramita na Câmara dos Deputados a PEC 555/2006, que prevê a extinção da contribuição previdenciária das remunerações de aposentados e pensionistas do setor público. Qual será a posição do seu governo em relação à PEC?

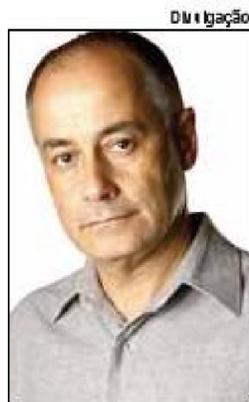
Mauro Iasi: Somos favoráveis à extinção imediata da contribuição dos servidores aposentados e pensionistas à Previdência. O movimento sindical classista, combativo e não governista — de que fazemos parte — propõe a reformulação do papel da Previdência Social, na contramão das políticas governistas e privatistas. Queremos ampliar e não reduzir as garantias e conquistas dos trabalhadores. Nesse sentido, é preciso reverter as perdas sofridas pelas aposentadorias e pensões ao longo do tempo, com a adoção de uma política que recupere seu poder aquisitivo. Desta forma daremos início às alterações necessárias à conquista da Previdência pública, social, por solidariedade, para todos os trabalhadores brasileiros, garantindo a manutenção e a ampliação dos direitos.

Zé Maria: Outra maldade da reforma de previdência de 2003 foi a taxação de 3% sobre o salário a título de “desconto previdenciário”. Uma anomalia política e jurídica, uma vez que o desconto previdenciário só faz exigir enquanto o trabalhador está na ativa. Nós somos a favor da PEC-555/06 e já em nosso governo tomaremos as medidas necessárias para cessar imediatamente esse desconto injusto, que mais uma vez foi obra do governo Lula e seus aliados.

Luciana Genro: A bancada do meu partido vem batalhando para que este absurdo seja revisto imediatamente. Não só apoiarei a extinção, como ajudarei na mobilização social e na conscientização da população sobre os prejuízos deste procedimento. Será necessário cobrar dos sonegadores, rever a política econômica que faz economias contínuas para agrandar cinco mil famílias credoras dos títulos da dívida pública brasileira, estes são procedimentos necessários para inverter as prioridades e garantir mais direitos para os brasileiros, dentre eles os que deram sua vida trabalhando para que novas gerações tivessem mais conforto e serviços.



Mauro Iasi



José Maria



Luciana Genro

EBSERH

2 – O atual governo criou a chamada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em dezembro de 2011, para gerenciamento dos hospitais universitários federais. O projeto do seu governo para os hospitais universitários inclui a manutenção da empresa?

Mauro Iasi: De forma alguma. O PCB, através de sua militância de trabalhadores e estudantil, participa ativamente da campanha organizada pelos setores sindicais, estudantis e do movimento social que estão na luta contra a adesão dos Hospitais universitários à EBSEH, mais um projeto do governo federal cujas consequências aprofundam a privatização da saúde e da educação e a precarização do trabalho nos hospitais universitários. Concretamente, fere a autonomia universitária, converte os hospitais universitários em empresas por ações com fins de lucro, privatizando-os e deturpando a sua função de espaço de formação dos profissionais de saúde. (...)

Zé Maria: Os governos petistas alardeiam aos quatro ventos que não privatizam como fez o governo de Fernando Henrique Cardoso, porém não passam de primos-irmãos na hora de repassar o patrimônio e os serviços públicos para as mãos do empresariado. Os hospitais universitários cumprem um duplo papel social, que beneficia a saúde e a educação públicas. Por isso, entendemos que esses hospitais devem permanecer sob o controle do Estado e administrado pelas universidades públicas federais e/ou estaduais. Saúde e educação não são mercadorias, mas obrigação do Estado e os governos devem destinar o recurso financeiro que for necessário para atender a essa demanda social em nosso país. A Ebserh é uma parceria público-privada que visa unicamente o lucro. (...)

Luciana Genro: Rever imediatamente. A criação da Ebserh foi o ápice da capitulação do atual governo a lógica privatista do serviço público. Este modelo são uma tentativa de disfarçar a privatização. A gestão dos hospitais universitários voltará a ser totalmente pública.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

3 – Por falar em autonomia universitária, circula um projeto de Lei orgânica das Universidades Públicas, de autoria da Andifes (associação de dirigentes das instituições federais). Como o seu governo irá agir diante de propostas como essa da Andifes e de outros mecanismos da atual legislação que dizem respeito à autonomia universitária?

Mauro Iasi: Somos totalmente contrários ao projeto, que tenta legalizar a cobrança de taxas e mensalidades em diversas modalidades de pós-graduação e extensão, a contratação de pessoal fora do Regime Jurídico Único e a fragmentação da carreira docente das IFES. Institucionaliza as fundações de apoio de direito privado e a venda de serviços, assim como a terceirização e a contratação precária e temporária. (...) Defendemos, em contrapartida, o aumento das dotações orçamentárias assegurando o efetivo controle da comunidade universitária sobre o ingresso e a aplicação dos recursos e pela efetiva autonomia das IFES.

Zé Maria: A autonomia universitária é um dos princípios caros aos que lutam em defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade. As lutas dos docentes, dos técnicos administrativos em educação e dos estudantes permitiram incluir na Constituição de 1988 o texto “Educação como direito de todos e dever do Estado” e o Artigo 207, onde ficou estabelecido que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Entendemos que esse artigo é autoaplicável, ou seja, não precisa de regulamentação. (...)

Luciana Genro: A autonomia é um direito conquistado na luta pela redemocratização de nosso país, mas é vilipendiada a cada intervenção federal no cotidiano das instituições.

Não endossarei nenhum projeto que não seja fruto de amplo debate.

Aliás, chamarei toda a comunidade universitária para discutir os desdobramentos das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, pois será necessário somar esforços e oferecer condições para que se amplie com qualidade o acesso ao ensino superior, inclusive o tornando elemento de diminuição das desigualdades sociais e territoriais.

GREVE DAS ESTADUAIS PAULISTAS

Reitoria da USP foi a mais intransigente

Filipe Galvão
Estagiário e Redação

A articulação entre docentes, técnicos-administrativos e estudantes das três universidades estaduais paulistas assegurou uma vitória histórica: a greve de mais de cem dias (início em 27 de maio), a muito custo, curvou a espinha dos reitores que defenderam publicamente o arrocho salarial e flertaram com a privatização das instituições.

A mais longa paralisação dos últimos dez anos foi especialmente vivida na USP. Marcada pelas intransigências do reitor Marco Antônio Zago, a universidade foi palco de confrontos com a polícia militar e abusos contra os trabalhadores, como um ilegal corte dos salários.

Para complicar ainda mais o quadro, os grandes veículos de comunicação repetiram acriticamente os discursos de Zago e Geraldo Alckmin, numa tentativa de atrelar a crise financeira a uma suposta incapacidade da universidade em lidar com sua autonomia. A defesa dos projetos de privatização branca, parcerias público-privadas e cursos pagos foram recorrentes durante os quase quatro meses de greve.

Contudo, em reunião no último dia 18 — e após decisiva intervenção do Tribunal Regional do Trabalho em favor dos servidores —, foi formalizado o acordo de reajuste salarial de 5,2% e um abono de 28,6%, retroativo a maio (os reitores propunham zero de aumento). O reajuste será concedido em duas vezes: uma primeira parcela de 2,6% a partir de outubro e o restante a partir de janeiro de 2015.

A reivindicação de verba emergencial e o aumento da cota referente ao financiamento das universidades estaduais paulistas, que já era pauta dos trabalhadores, foram também assumidos pelo conselho de reitores (embora com algumas diferenças). Os dirigentes universitários querem aumento do atual repasse (de 9,57% do ICMS do estado) para 9,9%, e sem os descontos que o governo Alckmin aplica atualmente; o movimento dos trabalhadores e estudantes reivindica, no mínimo 10%, também sem os descontos.

A discussão a respeito de alguns décimos de pontos percentuais não é irrelevante. Para se ter uma ideia, a arrecadação do ICMS no estado de São Paulo, apenas no mês de fevereiro deste ano, foi de R\$ 9,761 bilhões.



Vitória

CERCADA DE CAUTELA

Greve de quase quatro meses alcança conquistas importantes, mas não elimina todas as ameaças



Fotos: Daí e Garcia/Adusp

Alo até o Palácio dos Bandeirantes em 14 de agosto

Projeto privatista não morreu

A tentativa frustrada de desvinculação dos Hospitais Universitários da USP como proposta de redução dos gastos é um exemplo do avanço propiciado pela greve. O presidente da Adusp-SSind, professor Ciro Correia, conta que "há uma série de articulações em oposição à desvinculação, que já fizeram o governador se pronunciar contrariamente, o que foi um duro golpe para a reitoria. Os diferentes conselhos profissionais da área da saúde estão se articulando, o Ministério Público já manifestou preocupação... As forças necessárias para barrar a proposta estão convergindo para que a desvinculação não se concretize".

As conquistas em relação ao salário, a cobrança por investimento e a defesa dos hospitais universitários não impediram todos os planos da reitoria. Durante a greve, foi aprovado um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que pretende atingir os funcionários com pelo menos 20 anos de serviços prestados à USP. "Há grande preocupação com o PIDV, uma vez que ele se destina justamente ao corpo de funcionários técnico-administrativos com maior tempo de casa e com mais experiência, o que pode efetivamente comprometer vários setores da universidade, como áreas de ciência básica, os laboratórios de ensino e pesquisa que dependem desses trabalhadores", diz Ciro.

Audiência pública com o reitor Zago, da USP, na Alesp em 17 de setembro

Aula pública na Praça da Sé em 18 de junho

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Repressão

Mírcia Nijja

A repressão à ação política nas ruas desde o impulso insurrecional de junho de 2013 exhibe os limites da ordem conservadora para manter, a qualquer custo, o controle sobre os movimentos sociais. O árbitro se banaliza num ambiente no qual se movimentam o aparato policial e instâncias do Judiciário – com apoio incondicional do oligopólio da mídia. Nesse movimento de vai e vem, no início da semana passada, o desembargador Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal, decidiu tornar nulas, para efeito de prova, as gravações telefônicas feitas pela polícia, e que foram autorizadas pelo juiz



ORDEM UNIDA. Tropa da PM paulista se prepara para avançar sobre trabalhadores do metrô

Flávio Itabaiana. Essas gravações ilegais incluem conversas de ativistas com seus advogados. Por decisão de Siro Darlan, estão fora do processo por ferir as prerrogativas dos defensores, segundo a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB-RJ, que fez a solicitação ao desembargador. Trata-se do processo que atinge 21 manifestantes acusados pela Justiça e que foram presos na Operação Firewall dois. A edição dos **Cadernos Adufrj** – a revista trimestral da Seção Sindical – que circula esta semana, trata precisamente da criminalização dos movimentos sociais.

■ Para aprofundar esse debate, a publicação convidou autores de formação diversa.

O objetivo é tentar contextualizar "a dura e violenta reação policial dirigida à repressão dos movimentos sociais por meio da polícia e da Justiça Criminal", como destaca a professora Luciana Boiteux no texto de apresentação.

■ Um dos autores convidados é Vitor Guimarães, dirigente do Movimento dos Sem-Teto (MTST).

O MTST vem ganhando protagonismo por suas

ações nos grandes centros urbanos.

■ Paula Máiran, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, é autora de artigo instigante, cujo título traz a provocação necessária: "Quem é o inimigo?"

O sindicato dirigido por Paula foi empurrado para o centro de uma polêmica pela oposição conservadora da categoria.

■ Professor de Direito Processual Penal (FND/UFRJ), Geraldo Prado analisa os padrões das

ditaduras que identificam no adversário político um inimigo a ser vencido.

■ Advogadas de movimentos sociais, Fernanda Vieira e Aline Caldeiras chamam atenção para as ameaças de criminalização não só de ativistas, mas também dos advogados envolvidos em suas defesas.

■ Professor da Uerj, Luiz Otávio Ribas expõe as dificuldades para a atuação de advogados engajados com causas populares

em tempos de arbítrio.

■ Esta edição dos **Cadernos Adufrj** inclui a contribuição do cientista social equatoriano Napoleón Saltos Galarza, Diretor da "Escuela de Sociología de La Universidad Central Del Ecuador".

No seu artigo, o professor trata das origens do autoritarismo em seu país.

■ Paulo Pasin, um dos principais líderes dos metroviários paulistas, é o personagem da entrevista que discute o impacto da repressão na organização dos trabalhadores.

Agenda

Nesta quinta-feira, 2 de outubro, o programa de pós-graduação do Serviço Social lança mais um número da *Revista Praia Vermelha*. Para marcar o evento, haverá um debate com as professoras Virgínia Fontes e Yolanda Guerra, mediado pela professora Janete Luzia Leite. Este número da revista discute as políticas sociais nos 10 anos de governo do PT. No auditório da Escola de Serviço Social, às 18h.



VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



UFRJ

Descaso governamental aprofunda crise em Xerém

Diretor anuncia saída do cargo em meio à conturbada situação de infraestrutura. Vice assume provisoriamente

Decisão foi formalizada em assembleia comunitária, dia 26

Filipe Galvão e Samantha Su
Estagiários e Redação

Geraldo Antônio Cidade não é mais o diretor do polo Xerém da UFRJ. Ele formalizou sua saída em assembleia comunitária realizada no último dia 26, após seis anos de gestão.

A precariedade da infraestrutura, somada ao que Geraldo chamou de precária expansão do Reuni, alimentou o sentimento de desamparo e revolta entre alunos, técnicos e professores. Aulas em contêineres, deficiência na assistência e imobilidade administrati-

va compõem o cenário.

A Superintendente Geral de Atividades Fora da Sede, Maria Antonieta Tyrrel, esteve em Xerém e defendeu a posse da vice-diretora, professora Raquel Moraes Soares. O problema é que o polo não possui regimento interno, o que deixaria a transição em aberto.

Thais Lara Barbosa, diretora do DCE presente à assembleia comunitária, afirmou que, enquanto a questão institucional não for resolvida, uma comissão paritária de professores, alunos e técnicos dará início a um processo de consulta pública. A iniciativa poderia contribuir para confirmar Raquel na direção ou apontaria na direção de um novo processo eleitoral.

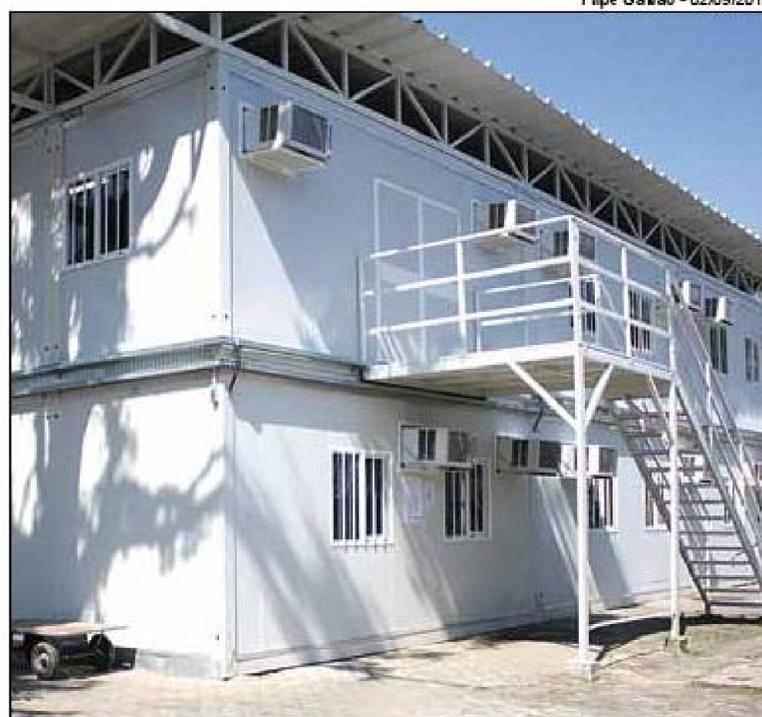
Aprofundar processos democráticos

A intensa movimentação po-

lítica nascida do sentimento de abandono e incerteza gerou propostas de aprofundamento dos processos democráticos relativos ao polo. Os professores exigiram maior participação nas decisões. Os alunos, por meio de uma articulação entre os centros acadêmicos de Xerém e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), irão formular um plano de metas com as propostas mais urgentes.

O DCE pretende levar essas demandas ao Consuni. Thais observa que a prioridade é discutir isso não como fruto de uma questão interna do polo, mas sim como demanda pela assistência estudantil que garanta a permanência dos alunos na universidade: "É importante entender que isso é fruto de uma conjuntura da educação que passa pelo archoço de verbas do governo federal e pela precarização do ensino".

Filipe Galvão - 02/09/2014



Infraestrutura frágil. Contêineres para as aulas em Xerém

LUTAR É CRIME?

A criminalização dos movimentos sociais é o tema desta edição dos **Cadernos Adufrj**. Artigos e entrevistas investigam a anatomia do fenômeno e suas implicações políticas e jurídicas.

Versão digital no site da Adufrj e nos perfis da Seção Sindical nas redes sociais.

